



Completam-se agora vinte anos sobre aquela jornada de 28 de Maio de 1926, em que o Exército, consciente da vontade unânime do País e da sua missão de defesa nacional contra todos os inimigos — internos ou externos —, impôs novos rumos à política portuguesa.

Este aniversário, porque já permite obter uma razoável perspectiva histórica, oferece o melhor ensejo para medir a extensão do caminho andado — garantia da obra ainda a realizar.

Em 1926 atingira-se a mais angustiada crise em todos os sectores da vida nacional: a luta incessante dos partidos traduzia-se na doentia instabilidade do Poder: entregues ao tumulto de sucessivas experiências e aventuras, os negócios públicos decorriam numa atmosfera de incerteza, de incompetência, de confusão e de desordem; dir-se-ia que o povo português perdera a confiança em si próprio, nas suas virtudes e nos seus destinos e quase supunha inevitável o naufrágio nos abismos de um sombrio colapso colectivo.

Depois da jornada de 28 de Maio tudo mudou rapidamente. A ordem restabelecida e mantida, o propósito manifesto de refazer o sentimento perdido da unidade nacional e de construir, sobre as ruínas, uma nova Pátria — vieram insuflar-nos outro espírito, outra energia, outro impulso de criação e de esperança. E principiou então aquilo que havia de chamar-se a Revolução Nacional.

Revolução que, de facto, em pouco tempo, operou uma transformação prodigiosa e deu os mais surpreendentes frutos. Graças a uma nova técnica administrativa e financeira, equilibraram-se as contas públicas, restaurou-se o crédito, iniciaram-se obras importantíssimas de fomento, readquiriu-se o prestígio abalado ou comprometido. Ao mesmo tempo, anunciou-se e projectou-se nas leis uma doutrina de integral reajustamento do Estado à Nação — firmada na estabilidade e continuidade dos Governos, na coerência das directrizes, na unificação das vontades, na representação orgânica, na valorização do Império.

No entretanto, o Mundo entrava numa época de sobressaltos e conflitos, que agravavam os problemas sociais, económicos e políticos e constituíam temerosa ameaça para a segurança e integridade das nações.

...mas Portugal reconquistara já uma sólida posição externa, baseada no respeito de todos os povos. E assim, mercê de uma política digna, justa e prudente, conseguiu atravessar em paz um período de grandes agitações, que culminou na guerra de 1939-1945, em que se envolveram quase todas as potências dos cinco continentes. Sem renunciar a um único dos seus direitos, sem se esquivar a um único dos seus deveres, sem perder uma parcela dos seus territórios e sem desperdiçar vidas e bens na formidável contenda — soube honrar e reforçar, simultaneamente, os compromissos tradicionais da aliança com a Inglaterra, a boa vizinhança peninsular, a irmandade espiritual e cultural com o Brasil; soube estabelecer em seguros fundamentos uma crescente amizade com os Estados Unidos da América do Norte. E o seu prestígio internacional aumentou ainda, através de tantas vicissitudes e de tantos perigos.

...Eis, em resumo, o que foram estes vinte anos, decorridos desde 28 de Maio de 1926. Eis o sugestivo balanço da Revolução Nacional.

...Não basta registá-lo com um normal e efusivo sentimento de júbilo. Impõe-se a todos os portugueses exprimir, nesta hora, a sua maior e mais sincera gratidão:

- ao venerando Chefe do Estado, Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona, símbolo da presença e da unidade do Exército, cujas altas qualidades de aprumo, de dignidade, de bondade e de equilíbrio têm assegurado a suprema chefia da Revolução e a continuidade do seu pensamento orientador;
- ao Senhor Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, doutrinador e reformador, um dos maiores estadistas da nossa História, que, pela sua superior inteligência, pela sua competência indiscutível, pela sua firmeza inabalável, pela sua rara compreensão das realidades, foi, e é, o grande construtor do Portugal ressurgido.



...mas Portugal reconquistara já uma sólida posição externa, baseada no respeito de todos os povos. E assim, mercê de uma política digna, justa e prudente, conseguiu atravessar em paz um período de grandes agitações, que culminou na guerra de 1939-1945, em que se envolveram quase todas as potências dos cinco continentes. Sem renunciar a um único dos seus direitos, sem se esquivar a um único dos seus deveres, sem perder uma parcela dos seus territórios e sem desperdiçar vidas e bens na formidável contenda — soube honrar e reforçar, simultaneamente, os compromissos tradicionais da aliança com a Inglaterra, a boa vizinhança peninsular, a irmandade espiritual e cultural com o Brasil; soube estabelecer em seguros fundamentos uma crescente amizade com os Estados Unidos da América do Norte. E o seu prestígio internacional aumentou ainda, através de tantas vicissitudes e de tantos perigos.

...Eis, em resumo, o que foram estes vinte anos, decorridos desde 28 de Maio de 1926. Eis o sugestivo balanço da Revolução Nacional.

...Não basta registá-lo com um normal e efusivo sentimento de júbilo. Impõe-se a todos os portugueses exprimir, nesta hora, a sua maior e mais sincera gratidão:

- ao venerando Chefe do Estado, Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona, símbolo da presença e da unidade do Exército, cujas altas qualidades de aprumo, de dignidade, de bondade e de equilíbrio têm assegurado a suprema chefia da Revolução e a continuidade do seu pensamento orientador;
- ao Senhor Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, doutrinador e reformador, um dos maiores estadistas da nossa História, que, pela sua superior inteligência, pela sua competência indiscutível, pela sua firmeza inabalável, pela sua rara compreensão das realidades, foi, e é, o grande construtor do Portugal ressurgido.

Antes de se declarar

Ambos vêm todos os portugueses dirigir, hoje, os seus agradecimentos mais vivos. Ambos vêm também renovar, hoje, o preito solene da sua fidelidade e da sua confiança — para que, sob a direcção de ambos, a Revolução continue a garantir a marcha gloriosa e progressiva do engrandecimento nacional.

Alvaro Loureiro dos Reis Junior

Francisco de Paula

Julio Botelho Lourey

Mauricio Pimentel

João Luísl de Albuquerque

João de Deus

António José Rodrigues

António de Sousa e Castro

Mauricio de Sá

José (caia a malta)

Luís Figueiredo

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR